



Marx e Polanyi: a construção de uma epistemologia crítica ao Liberalismo Econômico

Marx and Polanyi: the building of a critical epistemology towards the Economic Liberalism

Ticiana Amaral Nunes

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: ticiamaral19@gmail.com

Resumo

O propósito do artigo é, a partir das obras de Marx e Polanyi, realizar uma revisão teórica centrada no pensamento crítico que os autores direcionaram à Economia Política burguesa, especialmente às “falácias epistemológicas”, cujo objetivo seria justificar um modo de produção desumanizante, que submete as demais esferas da vida social às leis de mercado, e o de naturalizar leis próprias, através da separação institucional entre sociedade e economia. Busca-se demonstrar como, apesar das diferenças teóricas e metodológicas, Marx e Polanyi elaboraram uma crítica sólida aos postulados do liberalismo econômico, em específico ao que concerne a visão de natureza humana e livre mercado.

Palavras-chave: Marx. Polanyi. Epistemologia. Economia Política. Homo-Economicus.

Abstract

The purpose of the article is, taking into consideration the works of Marx and Polanyi, to build a theoretical review focused on the critical thinking that the authors directed towards the bourgeois Political Economy, especially to the “epistemological fallacy”, whose objective was supposed to justify a dehumanizing mode of production, which subordinates the other spheres of social life to the laws of the market, and to naturalize its own laws through the institutional separation between society and economy. It aims to demonstrate how, despite theoretical and methodological differences, Marx and Polanyi elaborated a solid criticism to the postulates of economic liberalism, specifically regarding the views on human nature and free market.

Keywords: Marx. Polanyi. Epistemology. Political Economy. Homo-Economicus.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo a elaboração de uma revisão teórica a partir das obras de Karl Marx (1818-1883) e Karl Polanyi (1886-1964), explicitando ideias centrais em seus escritos que denunciam a epistemologia do liberalismo econômico ou da “economia burguesa”¹, que visa corroborar com o ideal normativo de mercado autorregulado². Consideram-se no artigo, para fins da construção da abordagem crítica por Marx e Polanyi, algumas ideias centrais no pensamento liberal a respeito da natureza humana, através do conceito de *Homo Economicus*³ e de livre mercado.

O artigo está dividido da seguinte maneira: na próxima parte, ainda que a discussão seja muito extensa para ser aprofundada no espaço de uma seção do artigo, será identificada, através da trajetória histórica do campo de Economia Política, a evolução de algumas das principais construções do liberalismo acerca de “*homo economicus*” e de “livre mercado”, que Marx e Polanyi buscaram desmitificar, apresentando algumas obras e autores centrais que corroboraram nas formulações ideológicas do campo. Destaca-se a progressiva perda do conteúdo ético existente na Economia Política nos séculos XVIII e XIX, em nome da construção de uma Ciência Econômica⁴ que estaria centrada na explicação dos fenômenos exclusivos de uma suposta esfera de transações de bens e serviços regida por leis matemáticas e conceitos universais.

Em seguida, discorre-se sobre as ideias apresentadas ao longo da obra de Marx que se opõem a essas visões liberais. Primeiramente, através de seu pensamento materialista histórico dialético, Marx observa a particularidade das relações sociais típicas do capitalismo na história da humanidade. Apresenta-se o conceito de “alienação do trabalho”, presente nos “Manuscritos Econômicos e Filosóficos”, que constitui uma ideia central na concepção marxista sobre a natureza do ser humano como social e inseparável do meio ambiente. É também onde ele demonstra sua percepção sobre o caráter desumanizante da economia burguesa, raciocínio que é seguido pelo exposto em “O Capital”, sobre o fetichismo das mercadorias e em “Crítica ao Programa de Gotha”, quando ele aborda a geração da riqueza nacional.

Na quarta seção, busca-se fazer o mesmo a partir da obra de Polanyi, que se utilizou de estudos antropológicos, os quais ele menciona ao longo dos capítulos de “A Subsistência do

1 O termo refere-se à instrumentalização do campo da Economia Política pelos interesses da classe burguesa.

2 É um sistema no qual os preços dos bens e serviços são determinados pelo mercado aberto e as leis e forças de oferta e demanda são livres de qualquer intervenção por parte de um monopólio, do governo ou outra autoridade.

3 Do latim “homem econômico”, o termo é utilizado para fazer referência a um ser inerentemente maximizador de ganhos materiais, cujas motivações são automaticamente movidas por esse interesse.

4 Esse termo encontra-se bastante delineado a partir da definição de Lionel Robbins em *Ensaio sobre a natureza e significação da ciência econômica*, em que a economia é uma ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre determinados fins e meios escassos que têm usos alternativos (ROBBINS, 1944).

Homem”. Através de ideias como “incrustação da economia na sociedade”, “tipos de economia baseados em formas de integração” e “estruturas de apoio” e pela análise semântica do conceito de economia, ele elabora sua crítica à naturalização das leis de mercado. Também apresentam-se algumas ideias presentes em sua obra mais conhecida, “A Grande Transformação”, a respeito da economia de mercado⁵, a partir de sua construção teórica sobre o “Duplo Movimento” e a tendência auto destrutiva nos avanços do liberalismo econômico.

Por fim, busca-se demonstrar de que modo Marx e Polanyi, mesmo tendo vivido em contextos diferentes e possuindo diferenças em suas concepções filosóficas e metodológicas, foram dois autores da Economia Política que se opuseram à epistemologia burguesa, dominante no campo, abrindo caminho para futuras construções teóricas alternativas a esse modelo.

1 *Homo Economicus* e Liberalismo Econômico

Desde o surgimento da Economia Política e a criação da “Ciência” Econômica no final do século XIX, até o presente, o liberalismo econômico possui em seu cerne uma concepção distintiva de natureza humana. A percepção central em relação aos agentes econômicos, de acordo com a epistemologia liberal, reside na atomização da sociedade em indivíduos pré-concebidos. O indivíduo é considerado uma unidade fechada, a partir da qual se desenvolvem as relações políticas e econômicas existentes. Essa concepção imputa a percepção de um ser autocentrado que é independente de variáveis históricas e do ambiente que o cerca, pois já possui uma natureza pré-concebida. A natureza do humano é individualista e racional no sentido de maximização dos ganhos econômicos, ou seja, um *homo economicus*.

A partir desse postulado, considera-se o livre mercado como um estágio avançado da evolução natural da sociedade humana, seguindo a lógica da concepção individualista e economicista do ser humano. O mercado autorregulado constituiria um ideal de modelo econômico, pois seria considerado o mais eficiente em alocar recursos escassos e, portanto, distribuir ganhos entre os cidadãos.

Conforme o movimento Iluminista foi adquirindo espaço na intelectualidade europeia dos séculos XVII e XVIII, ocorria, concomitantemente, a ascensão da centralidade dos ideais de liberdade individual no pensamento filosófico existente. Isso pode ser explicado pelo clima de oposição às monarquias despóticas e pela agitação política que clamava pela instauração das

5 Equivalente em Polanyi ao capitalismo, cujo funcionamento é definido por um sistema interligado de mercados formadores de preços, regulado pelo mecanismo de oferta e procura e motivado, em última instância, por dois incentivos simples: o medo da fome e a esperança do lucro.

Repúblicas. Contudo, em sua origem, a filosofia liberal não associava a liberdade individual dos homens a uma natureza inerentemente egoísta ou dissociada das relações sociais.

As concepções acerca da natureza individualista e econômica e o ideal de livre mercado estão conectados pela formulação da “mão invisível” por Adam Smith, que a partir de uma visão economicista da natureza humana supõe por estágio mais elevado de racionalidade econômica aquela que proporciona maior grau de liberdade para os indivíduos maximizarem seus ganhos. De acordo com essa visão, os ganhos do indivíduo transformam-se em ganhos de toda sociedade, se não houver intervenções externas às leis de mercado. No segundo capítulo de A “Riqueza das Nações” ele afirma que a natureza do ser humano é propensa às trocas:

Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra (SMITH, 1996, p. 63).

Mais adiante, ao referir-se às motivações dos indivíduos que conduzem atividades produtivas, é possível apreender do autor o entendimento da natureza humana pelo conceito de *homo economicus*. Smith deixa claro, no parágrafo abaixo, seu entendimento de que o que move a atividade produtiva na sociedade nada mais é do que os interesses individuais em maximizar ganhos materiais.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1996, p. 74).

A partir de uma observação cronológica do entendimento, pela ótica da Economia Política Clássica, da relação entre *homo economicus* e liberdade de mercado, a obra de David Ricardo, sobretudo em “A Teoria das Vantagens Comparativas”, pode ser vista como um ponto de transição em relação a visão predominante até o trabalho de Adam Smith. Em sua obra desaparecem questões morais; estas são substituídas pelo rigor científico, por meio do qual, ele buscou leis matemáticas que explicassem as transações econômicas fluindo de modo automático (RICARDO, 1996).

Diferente do conteúdo ético ainda embutido na obra de Smith, é possível verificar o entendimento economicista da natureza humana em John Stuart Mill, que explicava os fenômenos sociais a partir do comportamento individualista, como na passagem: “[...] os seres humanos são governados, em todas as suas ações, por seus interesses materiais” (MILL, 1996, p. 88).

Identifica-se uma transição de paradigma quando, no século XIX, começa a ser utilizado com frequência o termo “Ciência Econômica” para tratar dos fenômenos econômicos. Através do rigor positivista, os economistas da época passaram a utilizar leis e cálculos universais para explicar a atividade econômica e separar o campo de estudo da influência das filosofias éticas e morais. No século XIX, surge a chamada “Escola Marginalista”, cujos economistas mais conhecidos, como Stanley Jevons, Léon Walras e Carl Menger, avançaram na elaboração de modelos matemáticos que mostravam como, em uma economia aberta, os retornos marginais dos fatores de produção eram proporcionais a sua participação na produção de determinado insumo. Essa tentativa de conferir rigor matemático ao estudo da economia, juntamente com a análise comportamental dos mercados de Alfred Marshall (1890), corroboraram para a efetivação do termo de Ciências Econômicas em um campo que, até então, não possuía “leis” independentes das outras esferas da vida social.

Em síntese, a compreensão da natureza humana pela ótica do conceito de *homo economicus* e o isolamento imposto às análises sobre o funcionamento das transações econômicas em um campo separado das outras esferas que compunham a vida social, constituíram a base epistemológica, através da qual torna-se possível a consolidação do paradigma normativo de mercado autorregulado pela economia burguesa. Ou seja, o *laissez-faire* é justificável quando existe uma premissa filosófica que considera o ser humano naturalmente individualista e centrado na maximização dos ganhos materiais, estes que podem ser atingidos a partir da ausência da intervenção política dentro de um universo econômico que é regido por leis próprias.

Nas próximas seções, verifica-se como as obras de Marx e Polanyi romperam com esse constructo epistemológico ao desmitificar o conceito de *homo economicus* e o entendimento acerca das relações de mercado. A revisão de ideias presentes nas obras de Marx e Polanyi buscará comprovar que os autores convergiram no entendimento de que as relações produtivas e sociais existentes na economia de mercado constituem uma especificidade ao longo da história da humanidade.

2 Marx: As Especificidades do Modo Capitalista de Produção

A visão crítica à epistemologia burguesa acerca da natureza humana e das relações tipicamente capitalistas está presente em diversos momentos na obra de Marx, estando conectada, notavelmente, pelo fio condutor do materialismo histórico dialético. Marx, no Prólogo de “Contribuição à Crítica da Economia Política”, resume o eixo norteador de sua obra, no que ele chama de “resultado geral obtido”, da seguinte forma:

Na produção social de sua vida, os seres humanos contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, as relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A base corresponde às condições materiais da sociedade em que ocorrem as relações de produção e é a partir dela que se constrói a superestrutura jurídica e política a que correspondem certas formas de consciência social. Portanto, o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual (MARX, [s.a], p. 182, tradução nossa).⁶

É evidente a presença desse método materialista e dialético na compreensão de Marx sobre os processos históricos e sociais. Apesar de, por vezes ser acusado de determinista, ao postular o modo de produção capitalista como etapa histórica, há passagens na obra de Marx que demonstram que ele não somente percebe o desenvolvimento das forças capitalistas como específicas em determinados momentos e circunstâncias, como também critica a economia burguesa por considerar essa etapa como natural da evolução humana. O ponto que marca a transição de um modo de produção para outro, na visão dialética de Marx, é necessariamente quando as forças produtivas materiais de uma sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou com as relações de propriedade dentro das quais tenham se desenvolvido até o momento, a partir de determinado grau de desenvolvimento dessas forças. MARX, [s.a]).

O que marca o caráter transitório do capitalismo em Marx são as contradições inerentes às relações de produção. Por vezes Marx aponta para o problema da queda da taxa média de lucro a longo prazo; por vezes, o problema da superprodução e do subconsumo, em que a massa absoluta da produção cresce a uma taxa superior à taxa de consumo dos operários e capitalistas. Ambos implicam que haja necessidade de mais-trabalho e de uma jornada de trabalho excedente, seja na forma absoluta ou relativa. Portanto, a necessidade de contínua obtenção de mais-valia pela intensificação da exploração dos trabalhadores e do aumento da produção fazem com que expansão do capitalismo leve a sua destruição (MARX, 1962).

Na introdução de “Grundrisse”, observa-se a visão crítica de Marx sobre como a Economia Política concebia as relações capitalistas de produção como naturais ao longo da história humana. Ele menciona a forma independente das variáveis históricas pela qual Adam Smith e David Ricardo percebem o indivíduo do século XVIII. Para Marx, através do estudo sobre o comportamento de outras sociedades antigas, é possível descartar as características individualistas do homem do século XVIII como naturais e universais (MARX, 1996).

6 En la producción social de su vida, los seres humanos contraen ciertas relaciones necesarias e independientes de su voluntad, las relaciones de producción que corresponden a una determinada fase del desarrollo de sus fuerzas productivas materiales. La base corresponde a las condiciones materiales de la sociedad en que ocurren las relaciones de producción y es a partir de ella que se construye la superestructura jurídica y política a que corresponden ciertas formas de conciencia social. Por lo tanto, el modo de producción de la vida material condiciona el proceso de la vida social, política y espiritual (MARX, [s.a], p.182).

Quanto mais profundamente voltamos à história, mais o indivíduo e, portanto, também o indivíduo produtor, aparecem como dependentes, como pertencendo a um todo maior: de uma maneira ainda bastante natural na família e na família expandida para o clã; mais tarde, nas várias formas de sociedade comunal decorrentes das antíteses e fusões dos clãs. Somente no século XVIII, na "sociedade civil", as várias formas de conexão social aparecem para o indivíduo como um mero meio para seus propósitos privados, como necessidade externa (MARX, 1996, p. 84, tradução nossa).⁷

No sexto item das “Teses de Feuerbach”, Marx critica a concepção tradicional da natureza humana, caracterizada como uma espécie cuja essência abstrata encarna em cada indivíduo, argumentando que, na realidade, ela é formada pela totalidade das relações sociais. Portanto, ele percebe essa essência como universal em alguns aspectos como também determinada por formações históricas e sociais específicas (MARX, 1891).

Uma crítica marxista essencial ao individualismo metodológico é a oposição à ideia de que as características do modo de produção capitalista fossem universais na história. Marx concebeu de forma distinta características gerais da vida material e características específicas de cada modo. Produção e trabalho são comuns a todas as sociedades humanas, sendo consideradas atividades vitais do ser humano, enquanto propriedade privada e assalariamento, por exemplo são historicamente específicos (MARX, 2012).

Nos “Manuscritos Econômicos e Filosóficos” observa-se detalhadamente como a natureza humana, social e conectada com a natureza, é transformada conforme se desenvolvem as forças produtivas capitalistas. Marx explica esse fenômeno através do processo de alienação do trabalho. Ele parte da observação da relação do ser humano com a natureza, considerando-a como o corpo inorgânico do homem, no sentido de que ele depende do meio ambiente para a realização de sua atividade vital (MARX, 2004). A produção é parte da atividade vital do ser humano, diferenciando-o de outros animais na medida em que, através do trabalho, ele transforma a natureza de forma consciente e independente de suas necessidades vitais (MARX, 2004).

O produto do trabalho humano nada mais é do que a objetivação do trabalho em algo material. O trabalho, portanto, passa por uma “efetivação” a partir dessa objetivação. No entanto, no capitalismo, o que acontece é a “desefetivação” do trabalho, pois nesse modo de produção ele e seus produtos são institucionalizados como estranhos ao trabalhador. Isso acontece através da privação dos meios de subsistência ao trabalhador, de forma que o trabalho, antes parte de sua atividade vital, passa a ser uma obrigação sem a qual ele tem sua existência ameaçada pela fome (MARX, 2004).

⁷ The more deeply we go back into history, the more does the individual, and hence also the producing individual, appear as dependent, as belonging to a greater whole: in a still quite natural way in the family and expanded into the clan; then later in the various forms of communal society arising out of the antitheses and fusions of the clans. Only in the eighteenth century, in 'civil society', do the various forms of social connectedness confront the individual as a mere means towards his private purposes, as external necessity (MARX, 1996, p. 84).

Nesse processo de estranhamento, o ser humano afasta-se de sua atividade vital, que envolve o trabalho e, conseqüentemente, afasta-se de si próprio. O trabalho estranhado faz com que a atividade vital deixe de ser parte da “essência” para ser meio de “existência do ser humano”. Na subsistência, ele torna-se estranho ao meio ambiente e é reduzido a uma existência individual: “estranha a ele seu próprio corpo, sua espiritualidade e por fim sua essência humana” (MARX, 2004, p. 85). A última consequência do estranhamento do trabalho é o estranhamento entre os próprios seres humanos, uma vez que o homem estranha a si mesmo, reproduz essa relação com os outros.

São nas relações de estranhamento ou de alienação que se assentam as relações capitalistas de produção, pois a propriedade privada é produto do trabalho estranhado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo próprio. A propriedade privada é, ao mesmo tempo, produto e meio da exteriorização, pois além de ela ser originada a partir da não conexão entre o ser humano e os produtos do seu trabalho, ela possibilita a perpetuação dessa relação de estranhamento. O salário, perante a relação de estranhamento, não é diferente da propriedade privada; ele surge da mesma distinção entre o ser humano e seu trabalho. Porém o que caracteriza o salário, é que ele representa a recompensa necessária à subsistência de sua força de trabalho (MARX, 2004).

Identifica-se uma continuidade do pensamento de Marx relativo à alienação do trabalho no primeiro volume de “O Capital”, quando Marx desmistifica o valor das mercadorias. Com essa finalidade, ele expõe o “campo nebuloso” da Economia Política que se ocupava em desvendar o segredo da valorização dos objetos. Diferenciando entre o valor de uso e de troca de um objeto, Marx desvenda o segredo do fenômeno que transforma materiais simples em objetos metafísicos denominados mercadorias, que em nada guarda relação com o valor de uso deles.

De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesmo. [...]. O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse *quiproquó* os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais (MARX, 1996, p. 198)

Acrescenta-se a esse raciocínio a visão de Marx sobre teoria do valor do trabalho, que argumenta que o valor econômico de um bem ou serviço é determinado pela quantidade total de mão de obra socialmente necessária para produzi-lo, e não pelo uso ou prazer que se obtém dela. Em “Crítica ao Programa de Gotha”, Marx expõe o caráter humano que dá origem à riqueza produzida na sociedade e argumenta que os mitos que atribuem um poder criativo supernatural a esse processo devem ser desmentidos em nome do programa socialista.

O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é tanto a fonte de valores de uso (e certamente é de tal que a riqueza material é constituída!) Como o trabalho, que por si só é a manifestação de uma força da natureza, assim é a força de trabalho humana. A frase acima é encontrada em todos os livros de crianças e é correta na medida em que implique que o trabalho seja realizado com sujeitos e instrumentos. Mas um programa socialista não pode permitir que tais frases burguesas passem em silêncio as condições que sozinhas lhes dão significado. E na medida em que o homem, desde o início, se comporta em relação à natureza, a fonte primária de todos os instrumentos e assuntos do trabalho, como dono, trata-a como pertencente a ele, seu trabalho se torna fonte de valores de uso, portanto, também de riqueza. (MARX, 1891, tradução nossa).⁸

Resumindo o raciocínio exposto, através do método do materialismo histórico dialético, é possível conceber a distinção, percebida por Marx, entre aspectos universais e específicos da natureza humana. Assim como ele entende a produção e o trabalho como atividades vitais independentes de variáveis históricas (como comer, dormir ou procriar), ele critica a naturalização das relações produtivas capitalistas e do indivíduo autônomo como universais. Para Marx, o ser humano é, ao mesmo tempo um ser indissociável da natureza, que a transforma pela sua vontade consciente, como também é um ser social e historicamente moldável.

Para Marx, o modo de produção capitalista está associado a relações sociais historicamente específicas cuja característica central reside na separação entre o trabalhador e os insumos necessários para realizar a atividade produtiva. Essa realidade seria portanto, artificial em relação à caracterização da natureza humana que ele descreve nos Manuscritos. O trabalho é, para Marx, função vital da espécie humana, enquanto para a epistemologia burguesa aparece como um meio de maximização de ganhos individuais. As relações capitalistas de produção estão baseadas na alienação da mercadoria e do trabalho, e é nesse ponto em que, para Marx, reside o caráter desumanizante do capitalismo.

A seguir, busca-se demonstrar como Karl Polanyi elaborou sua crítica à epistemologia da Economia Liberal através da realização de estudos antropológicos que se opõem à universalidade das relações sociais de mercado ao longo da história humana.

3 Polanyi: A Falácia economicista e a Incrustação da Economia

Assim como Marx, Polanyi também rejeitou o conceito de *homo economicus* e visualizou a naturalização das relações sociais capitalistas como instrumento político, incorporado pela

⁸ Labor is not the source of all wealth. Nature is as much the source of use values (and it is surely of such that material wealth consists!) as labor, which itself is only the manifestation of a force of nature, human labor power. The above sentence is to be found in all children's primers and is correct insofar as it is implied that labor is performed with the subjects and instruments. But a socialist program can not allow such bourgeois phrases to pass over in silence the conditions that lone give them meaning. And insofar as man from the beginning behaves toward nature, the primary source of all instruments and subjects of labor, as an owner, treats her as belonging to him, his labor becomes the source of use values, therefore also of wealth (MARX, 1891).

intelectualidade burguesa em sua época. Uma característica evidente na obra de Polanyi é a preocupação em demonstrar a excepcionalidade das relações de mercado na história humana. Tendo escrito grande parte de sua obra durante a primeira metade do século XX, o pensamento de Polanyi fora marcado por grandes eventos históricos que permeiam sua época. A sociedade existente no século XIX entrava em colapso; as Duas Guerras Mundiais, a Revolução Russa, assim como a Grande Depressão, foram acontecimentos marcantes em sua vida. Nesse ambiente de declínio e reconfiguração da ordem existente, Polanyi construiu sua obra transformando-a numa ferrenha crítica ao que ele denominava “falácias economicistas” (POLANYI-LEVITT, 2017).

Um ponto de partida para a teoria crítica de Polanyi é a concepção de que o termo “econômico” possui dois significados: o primeiro significado é o formal, que é indissociável das relações entre meio e fim e pressupõe a escassez dos recursos materiais necessários à vida do ser humano. Por isso, o significado formal é subjacente à ideia de racionalização do processo econômico de modo a maximizar a utilização dos recursos escassos. Por outro lado, a economia também é identificada em seu sentido substantivo, que se refere a relação direta dos seres humanos com o meio ambiente. Esse significado abrange a interação do humano com o meio e a institucionalização da relação como forma de satisfazer suas necessidades materiais (POLANYI, 2012).

De acordo com Polanyi, a falácia economicista consiste justamente no monopólio semântico do significado formal da economia, de modo a identificar a escassez e a situação de mercado como naturais na história humana. Para Polanyi, o conceito de “lei econômica” é uma das forças mais poderosas que já adentraram no cenário humano. No campo epistemológico, a sociedade de mercado demanda a separação entre as esferas política e econômica. Desse modo, a hegemonia do significado formal da economia prejudica a análise do fenômeno econômico em seu sentido mais abrangente (POLANYI, 2012).

A partir da hegemonia do significado formal de econômico e da separação institucional entre economia e sociedade, a tradição do pensamento econômico contemporâneo está assentada numa falácia economicista, que consiste na tendência a identificar a economia com sua forma de mercado. Para Polanyi, essa tradição intelectual tem origem no momento em que os fisiocratas franceses cunham o conceito de economia referindo-se à emergência da instituição do mercado, como mecanismo de oferta-procura-preço, e a descoberta da interdependência entre preços flutuantes. Com o tempo, esse mecanismo expande-se para outras esferas da vida social: trabalho e terra. É nesse momento que Smith é considerado o fundador da economia política, ao reconhecer a interdependência entre os diferentes tipos de preços num mercado competitivo (POLANYI, 2012).

Ainda que, de acordo com Polanyi, nem Adam Smith nem François Quesnay almejassem a construção de uma economia que transcendesse a esfera da sociedade, eles contribuíram significativamente para a construção da falácia economicista que reside na naturalização das relações de mercado como inerentes ao ser humano. Esse solipsismo econômico, como caracteriza Polanyi, deriva diretamente do Iluminismo político do século XIX, que evoluiu para o predomínio da racionalidade econômica sobre a política (POLANYI, 2012). Desse modo, ele considerou como característica do sistema econômico do século XIX a sua separação institucional do resto da sociedade:

Numa economia de mercado, a produção e a distribuição de bens materiais são efetuadas por meio de um sistema autorregulador de mercados, regido por leis próprias – as chamadas leis da oferta e da procura – e motivado, em última instância, por dois incentivos simples: o medo da fome e a esperança do lucro. Esse arranjo institucional separa-se das instituições não econômicas da sociedade, como a organização do parentesco e os sistemas políticos e religiosos (POLANYI, 2012, p. 95).

Contudo, cético em relação a essa construção epistemológica, Polanyi conduziu uma análise histórica e antropológica através de estudos sobre comunidades primitivas, e concluiu que, em diversas épocas ou regiões, existiram sociedades que possuíram modos muito distintos de realização das atividades econômicas em comparação com o modelo de mercado vigente nos países ocidentais, o que vai de encontro a ideia de natureza individualista do homem.

Opondo-se tanto a teoria neoclássica de indivíduos atomizados quanto às análises que concebem o indivíduo como inserido numa rede, Polanyi retorna ao conceito aristotélico do indivíduo na sociedade. Seu raciocínio, influenciado pela filosofia cristã está baseado na ideia de que cada ser humano é social por natureza. Entre pensadores contemporâneos, Charles Taylor nos ilumina mais sobre o indivíduo "socializado": é a natureza social de cada ser, sobretudo, sua natureza dialógica que governa sua vida e determina sua maneira de se relacionar aos outros e se identificar perante aos outros, assim como sua inserção em diversos grupos sociais (POLANYI, 1935; TAYLOR, 1989,1991) (...) a sociedade não existe entre os homens, nem sobre eles mas está neles [...] dessa forma, a sociedade enquanto realidade [...] é parte integrante da consciência de cada indivíduo " (POLANYI-LEVITT; MENDELL, 1987, p 24, apud. MENDELL, 2006, tradução nossa)⁹

Polanyi debruçou-se sobre estudos de antropologia como os dos autores Franz Boas, Bronislaw Malinowski e Richard Thurnwald, e compreendeu a atividade econômica como

⁹ S'opposant à la fois à la théorie néoclassique de l'individu atomiste et aux analyses qui conçoivent l'individu comme enserré dans un réseau, Polanyi reprend le concept aristotélicien de l'individu sociétal. Son raisonnement, influencé par la philosophie chrétienne, repose sur l'idée que chaque être humain est social par essence. Chez les penseurs contemporains, c'est Charles Taylor qui nous éclaire le plus sur l'individu « sociétalisé » : c'est la nature sociale de chaque être, en fait, sa nature dialogique, qui gouverne sa vie et détermine sa manière de s'identifier par rapport aux autres et face aux autres, ainsi que son appartenance à divers groupes sociaux (POLANYI, 1935 ; TAYLOR, 1989,1991)(...) La société n'existe pas entre les hommes, ni par-dessus eux, mais elle est en eux [...] de telle sorte que la société en tant que réalité [...] fait partie intégrante de la conscience de chaque individu" (cf. POLANYI-LEVITT; MENDELL, 1987, p. 24, apud. MENDELL, 2006).

incorporada em formas sociais instituídas, de modo que o processo econômico só possa ser entendido no seu contexto social mais amplo. O interesse de Polanyi no campo da antropologia econômica está diretamente relacionado a desconstrução do conceito de *homo economicus*. Através da análise de sociedades tribais e arcaicas, Polanyi buscou mostrar a excepcionalidade da economia de mercado e suas instituições na história humana. Analisando outras sociedades, ele concluiu que, nem sempre, as instituições almejadas ou tidas como ideais eram aquelas que visavam a proteção do lucro e da propriedade privada de indivíduos.

Polanyi identificou como uma maneira possível de caracterizar empiricamente as sociedades a avaliação do lugar ocupado pelo processo econômico em relação às demais esferas da vida social. A classificação das economias estaria baseada em “tipos de integração”, subjacentes a institucionalização de movimentos de bens e pessoas. As formas principais são denominadas reciprocidade, redistribuição e troca (POLANYI, 2012).

De modo resumido, a reciprocidade corresponde à movimentação de bens ou serviços entre indivíduos ou grupos simetricamente dispostos, que não visam lucros, mas relações de mutualidade. Essa forma é predominante nas sociedades tribais. A redistribuição, por sua vez, predomina nas sociedades arcaicas e requer a presença de um centro coordenador que centraliza os recursos e depois os redistribui entre os membros de uma comunidade. E, por fim, a troca é um movimento bidirecional orientado para a obtenção de lucro.

As formas de integração não representam estágios de desenvolvimento e, na realidade, uma forma de integração principal geralmente coexiste com outras subordinadas numa mesma sociedade. O mercado e o predomínio da troca não implicaram no desaparecimento das outras formas de integração, mas a coexistência entre elas e uma nova organização social, sobretudo no Ocidente a partir do século XIX. Nesse momento acelera-se a separação institucional da economia do restante da sociedade (POLANYI, 2012).

Em “Nossa Obsoleta Mentalidade de Mercado”, Polanyi argumenta que o capitalismo liberal foi a resposta inicial do homem ao desafio da Revolução Industrial, cujo sucesso deve-se a subordinação “quase entusiástica” do ser humano às necessidades das máquinas. Esse capitalismo liberal, para prosperar, necessitava que as demais esferas da vida social se subordinassem aos ditames de um mercado autorregulado. “Uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado” (POLANYI, 2012, p. 212). Para que esse ideal de sociedade se concretizasse, as concepções de que os incentivos que movem a vida cotidiana são basicamente de origem material adquiriram o estatuto de axiomas.

No livro “A Grande Transformação”, ao investigar as origens da sociedade de mercado, existente na Europa do século XIX, Polanyi proporciona um retorno aos séculos anteriores na Inglaterra, onde foram moldadas as leis e arcabouços institucionais que paulatinamente submeteram as esferas da vida social aos processos da economia de mercado. A partir dos cercamentos nos campos na Inglaterra do século XVI, do fim da Lei de *Speenhamland* e a decretação da Lei da Pobreza no século XIX, Polanyi demonstrou como o Direito, as leis e as instituições são transformadas em instrumentos de motivações prioritariamente econômicas, proporcionando os avanços do mercado autorregulado que alienaram os seres humanos de seus meios de subsistência e os transformaram em meras mercadorias a serem compradas e vendidas dentro do mercado pelas leis de oferta e demanda. (POLANYI, 2011).

O ingrediente secreto, que atua para que as engrenagens da economia de mercado possam mover-se livremente, consiste na transformação de certos elementos da sociedade em mercadorias: trabalho, terra e dinheiro passam a ser tratados como insumos tendo como finalidade a venda. Polanyi os chama de “mercadorias fictícias”, uma vez que esses elementos não são mercadorias de verdade, pois não são produzidos. É exatamente nesse ponto que reside a crítica de Polanyi a respeito do caráter desumanizante da economia de mercado.¹⁰

Desde seu desenvolvimento, o sistema de fábrica tinha sido organizado como parte de um processo de compra e venda; trabalho, terra e dinheiro deviam ser transformados em bens para manter a produção em andamento. Claro, eles não poderiam realmente se tornar mercadorias, como, aliás, não foram produzidos para venda no mercado. Mas a ficção de que se produziam para tal propósito converteu-se em princípio organizador social. Destaca-se um desses três elementos: a mão de obra é o termo técnico usado para os seres humanos, na medida em que não são empregadores, mas funcionários; se segue que a organização do trabalho transformaria conjuntamente a organização do sistema de mercado. Mas em virtude da organização do trabalho ser apenas uma palavra para designar as formas de vida das pessoas comuns, isso significa que o desenvolvimento do sistema de mercado seria acompanhado pela mudança na organização da própria sociedade. A sociedade humana havia se tornado um acessório do sistema econômico (POLANYI, 2011, p. 126, tradução nossa).¹¹

10 Polanyi denomina *Moinho Satânico* o avanço do mercado autorregulado que submete as outras esferas da vida social aos seus interesses (POLANYI, 2011).

11 Dado que el desarrollo del sistema fabril se había organizado como parte de un proceso de compraventa, la mano de obra, la tierra e el dinero debían transformarse en mercancías para mantener en marcha la producción. Por supuesto, no podrían transformarse realmente en mercancías, ya que en efecto no se producían para su venta en el mercado. Pero la ficción de que sí se producían para tal propósito se convirtió en el principio organizador de la sociedad. Se destaca uno de esos tres elementos: la mano de obra es el término técnico usado para los seres humanos, en la medida em que no sean empleadores sino empleados; se sigue que la organización del trabajo cambiaría em adelante junto com la organización del sistema del mercado. Pero em virtud de que la organización de trabajo es sólo outra palabra para designar las formas de la vida de la gente común, esto significa que el desarrollo del sistema de mercado iría acompañado de um câmbio en la organización de la sociedad misma. La sociedad humana se había convertido en um accesorio del sistema económico (POLANYI, 2011 p. 126).

Conforme Polanyi notou o avanço da “desincrustação”¹² econômica, ele também observou forças atuantes no sentido oposto e argumentou que o desenvolvimento das sociedades de mercado do século XIX foi moldado por um duplo movimento. De um lado, está o movimento do *laissez-faire*, fundado na intenção de ampliar o alcance dos mercados autorregulados. Do outro, o movimento de autoproteção, iniciativas para isolar o tecido da vida social do impacto destrutivo das pressões do mercado que tentam expandir suas leis próprias através do aprofundamento da geração das mercadorias fictícias. As sociedades de mercado são produtos de ambos os movimentos; da expansão das leis de mercado e da autoproteção social. Porém, a existência de um mercado autorregulado e completamente desincrustado é uma ideia utópica, pois a sua existência acarreta a destruição do tecido social que este necessita para existir (BLOCK, 2011).

Esta base fictícia da economia de mercado significou que o movimento de *laissez-faire* sempre operasse com certa desvantagem. Uma vez que seu objetivo político declarado - uma economia de mercado totalmente autorreguladora - é fundamentalmente impraticável e incoerente, há sempre um fosso substancial entre a ideologia e a realidade. Isso representa uma grande diferença entre Marx e Polanyi. Para o primeiro, a contradição central é que o capitalismo seria incapaz de desenvolver as forças produtivas e uma transformação socialista se tornaria inevitável. Para Polanyi, a contradição central da sociedade de mercado é que um sistema de mercados autorreguladores não pode ser um alicerce para a ordem social; A ação do Estado é necessária para produzir e manter a ordem econômica e social. (BLOCK, 2008, p.2, tradução nossa).¹³

Polanyi teve como mérito ter contestado os postulados liberais que tendiam a naturalizar a forma de mercado como o curso natural da evolução da racionalidade humana, ainda que isso significasse a desincrustação cada vez mais acentuada da economia, marginalizando assim, as motivações não econômicas da sociedade, a fim de priorizar mecanismos do mercado autorregulado. Atento aos grandes eventos de sua vida, Polanyi consolidou sua obra em distintos campos de conhecimento ao questionar a sociedade de livre mercado inaugurada no século XIX e todo o arcabouço ideológico e intelectual que lhe proporcionava sustentação.

Descobrimo-nos embrutecidos pela herança de uma economia de mercado que nos legou ideias ultrassimplificadas sobre a função e o papel do sistema econômico na sociedade. Para que a crise seja superada, precisamos resgatar uma visão mais realista do mundo humano e moldar nossos objetivos comuns à luz desse reconhecimento” (POLANYI, 2012, p. 210).

12 Polanyi não usa esse termo na forma de criação de um conceito novo, mas refere-se a separação (ideológica ou prática) das atividades econômicas do restante das esferas sociais (POLANYI, 2012).

13 This fictitious foundation of the market economy meant that the movement for *laissez-faire* always operates at a certain disadvantage. Since its stated political goal—a fully self-regulating market economy—is fundamentally impractical and incoherent, there is always a substantial gap between the ideology and the reality. This represents a major difference between Marx and Polanyi. For the former, the core contradiction is that capitalism would prove unable to further develop the productive forces and a socialist transformation would become inevitable. For Polanyi, the core contradiction of market society is that a system of self-regulating markets cannot possibly be a foundation for social order; state action is required to produce and maintain economic and social order. (BLOCK, 2008, p.2).

Considerações Finais

O artigo procurou demonstrar, através da revisão teórica apresentada, algumas convergências encontradas nas ideias de Marx e Polanyi com relação a suas visões críticas acerca das construções epistemológicas do liberalismo econômico. Nas concepções filosóficas de Marx e nos estudos antropológicos de Polanyi, os dois almejavam desconstruir a ideia da natureza humana individualista. Ambos buscaram alertar para o fato de que as características das relações sociais existentes no modo de produção capitalista ou nas economias de mercado não são decorrentes de uma natureza humana universal, mas de condições historicamente específicas, de formações sociais particulares, ou de determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas, como argumenta Marx.

Algumas contradições entre os autores são evidentes. Por exemplo, para Marx as condições materiais precedem outras esferas da vida, enquanto para Polanyi não existe necessariamente essa ordem. Contudo, os dois autores entenderam a especificidade histórica das relações sociais de mercado ou típicas do capitalismo, Marx através do materialismo histórico dialético e Polanyi por sua crítica em relação à falácia economicista, caracterizada pelo monopólio semântico do significado formal da economia. A atividade econômica, para os autores, consistiria num amplo espectro de possibilidades de relações além daquelas características das sociedades de mercado.

Eles possuíam visões distintas dos autores liberais com relação à natureza humana e buscaram desconstruir, aos seus modos, o conceito de *homo economicus*. Marx, em diversos trechos de sua obra, demonstra o entendimento do ser humano como um ser social, indissociável da natureza e de sua atividade vital, da qual o trabalho faz parte. Sua teorização sobre a alienação do trabalho deixa esse ponto evidenciado. Polanyi debruçou-se sobre estudos antropológicos e concluiu existir outras formas de integração predominantes em diversas sociedades, portanto, outras motivações, além da maximização dos lucros, seriam possíveis.

Ambos teorizaram sobre a desumanização da atividade econômica nas relações capitalistas e criticaram a epistemologia liberal por naturalizar esse processo. Marx o fez desvendando o segredo da geração de valor das mercadorias, no que ele denominou fetichismo das commodities, e da criação de riqueza nacional. Polanyi expôs a artificialidade das commodities fictícias e através da teorização do Duplo Movimento, em que buscou demonstrar como o avanço da desincrustação econômica acarretava efeitos nefastos na sociedade, que desencadeavam reações de resistência ou autoproteção social.

Apesar de existirem diferenças em relação às abordagens teóricas e metodológicas nos autores analisados, é possível concluir que seu legado para a Economia Política é indiscutível, pois as

teorizações e o posicionamento crítico de ambos persistem até o presente influenciando diversos autores que buscam desconstruir postulados da epistemologia econômica burguesa e desenvolver alternativas para os problemas desencadeados conforme prossegue a expansão do capitalismo.

Referências Bibliográficas

BLOCK, Fred. Polanyi's Double Movement and the Reconstruction of Critical Theory. *Revue Interventions économiques*. Québec, vol. 38, pp. 1-18, 2008.

_____. Introducción. In: POLANYI, K. *La Gran Transformación: Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011, pp. 21-43.

LOCKE, John. *Second Treatise of Government*. Indianapolis e Cambridge Hackett Publishing Company, 1980.

MARX, Karl. *El Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. *El Capital: Crítica de la Economía Política*. Havana: Instituto Nacional del Libro, 1962.

_____. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Grundrisse: Foundations of the critique of Economic Policy*. Nova York: Penguin Books, 1993.

_____. Prologo De La Contribucion a La Crítica de La Economía Política. In: Marx y Engels: *Obras escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, [s.a], pp. 181-185.

_____. *Critique of the Gotha Programme*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1875/gotha/ch01.htm>>. Acesso em 03 de agosto, 2017.

MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. New York, Amherst, 1997.

MENDELL, Marguerite. Karl Polanyi et Le Processus Institué de Démocratisation Économique. *Revue Interventions économiques*. Québec, vol. 33, pp. 1-17, 2006.

MILL, John. Stuart. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

POLANYI, Karl. *A subsistência do Homem e Ensaios Correlatos*. Organização de Kari Polanyi Levitt. Organização de Michele Cangiani. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. *La Gran Transformación: Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo*. Prólogo de Joseph E. Stiglitz. Introdução de Fred Block. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

POLANYI-LEVITT, Kari. *Polanyi's Vision of a Socialist Transformation: Freedom of Action and Freedom of Thought*. Montreal: Université du Québec, 2017.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

ROBBINS, Lionel. *Naturaleza y Significación de la Ciencia Económica*. México, Fondo de Cultura Económico, 1944.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. *A Mão Invisível*. São Paulo: Penguin – Companhia das Letras, 2013.

Recebido em: 12 de junho de 2018

Aceito em: 10 de janeiro de 2019